

Num gesto de aproximação com os bancos credores, o governo propôs o pagamento de 30% dos juros com vencimento em 91. Mas o Senado quer ser consultado antes.

Brasil oferece US\$ 500 milhões a credores

O governo brasileiro decidiu pagar 30% dos juros da dívida externa com vencimento entre 1º de março e 31 de março de 1991, num total de aproximadamente US\$ 500 milhões. "É um gesto de boa vontade, para demonstrar nossa vontade de normalizar as relações com os credores sem abdicar dos princípios que estabelecemos para a negociação", anunciou ontem a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

A iniciativa do governo ainda depende, porém, da boa vontade do Senado, que aprovou ontem uma resolução sobre as negociações da dívida. O texto proíbe qualquer pagamento de atrasados aos credores externos sem consulta ao Senado, e só não se aplica "ao pagamento das dívidas de curto prazo de caráter comercial ou interbancário e da dívida de médio e longo prazos que vem sendo servida regularmente".

A nova proposta do governo foi apresentada ontem ao comitê dos bancos, em Nova York, pelo negociador extraordinário da dívida, embaixador Jório Dauster. Mas não está previsto o pagamento sequer parcial dos juros em atraso desde julho de 89 — eles somam US\$ 8,5 bilhões e são a principal reivindicação dos bancos. "Os atrasados continuam a ser objeto de negociação", informou a ministra da Economia.

O percentual que será liberado foi estabelecido a partir da capacidade de pagamento do País, explicou a ministra. O prazo — de 1º de janeiro a 31 de março — foi determinado pela manifestação dos próprios credores, que estabeleceram o final de março como limite para o fechamento de um acordo de renegociação global da dívida.

O percentual de 30% dos juros será calculado sobre a dívida de responsabilidade do governo, em torno de US\$ 70 bilhões. Zélia anunciou também que estarão liberadas a partir de janeiro as remessas de divisas para pagamento da dívida do setor privado, que hoje chega a apenas US\$ 9 bilhões. Os pagamentos, tanto do setor privado quanto da dívida pública, serão feitos à medida que forem vencendo os compromissos.

Com a decisão de reiniciar os pagamentos, o governo faz uma revisão radical, senão da estratégia de negociação da dívida externa, certamente da tática. Depois de passar um longo período afirmando que os entendimentos com os bancos levariam meses — e indicando dessa forma que não tinha pressa

Jório Dauster levou a proposta aos credores, em Nova York: os bancos continuam a cobrar os juros atrasados.



em chegar a um acordo —, a equipe econômica parece ter constatado que o isolamento do País em relação à comunidade financeira internacional pode ser fatal para a política de estabilização, que entra agora em sua fase crítica. Pela forma como ofereceu os pagamentos de juros, o governo indica que agora tem pressa — se não para estabelecer um acordo, ao menos para alcançar progressos que possibilitem o apoio do Fundo Monetário Internacional e reabram o crédito oficial ao País.

É razoável concluir que os pagamentos só continuarão, depois de março, se até lá as conversas avançarem o bastante para produzir os efeitos desejados pelo Brasil. Assim, a retomada parcial do serviço da dívida coloca pressão sobre os bancos para considerar o restante da proposta brasileira — que eles ignoravam até agora. Como a própria ministra sugeriu, o objetivo imediato do gesto é aliviar o clima da negociação. Mas os bancos, que até a noite de ontem não tinham reagido à proposta, devem continuar a pressão pelo pagamento de uma parcela substancial dos atrasados.

Senado

A resolução aprovada pelo Senado foi negociada longamente com o governo, que conseguiu retirar a determinação de que a consulta anteceda aos pagamentos. Apesar disso, a interpretação do texto pode criar polémica, já que na opinião do senador Severo Gomes (PMDB-SP) as mudanças negociadas não alteram a fórmula anterior: "Se há obrigatoriedade da consulta, ela é obviamente prévia".